

Historial do processo

Nos anos 70, Bragança tinha já um problema estrutural de abastecimento de água e, no ano de 1978, a Câmara Municipal, em colaboração com o Governo Central – Direção Geral dos Recursos Naturais, iniciou os estudos para o reforço do abastecimento de água a Bragança a partir do sistema montanhoso a Norte (Serra de Montesinho), designados de Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor, que incluíam a construção de duas barragens (Serra Serrada e Veiguinhas).

O objetivo foi claro, garantir em período de chuva o armazenamento suficiente de água com qualidade e com baixos custos de transporte e de tratamento, assegurando reservas estratégicas de um bem público, essencial à vida das pessoas e ao desenvolvimento das atividades económicas.

Para a concretização do Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor foi assinado um Contrato Programa entre o Ministério do Planeamento e da Administração do Território e a Câmara Municipal, tendo as obras iniciado no final de 1988, com conclusão prevista para o ano de 1993. As obras incluíam seis fases, duas barragens (Serra Serrada e Veiguinhas), a estação de tratamento, condutas e depósitos. Os trabalhos sofreram atrasos, os custos aumentaram e, a 26 de agosto de 1994, a Câmara Municipal de Bragança propôs ao Governo a revisão do Contrato Programa inicial, no sentido de utilizar a totalidade das verbas previstas para a obra, concentrando-as em cinco fases, excluindo assim a construção da barragem de Veiguinhas ainda não iniciada, e com o argumento (contrário a todos os estudos técnicos realizados) de que a médio prazo seria dispensável a sua construção, podendo no entanto voltar a ocorrer uma nova revisão ao Contrato Programa para incluir a construção da barragem de Veiguinhas, possibilidade que tinha como prazo limite um ano (final de 1995), o que não aconteceu por falta de iniciativa da Câmara Municipal.

Entretanto, a legislação ambiental mudou, a barragem de Veiguinhas, que estava autorizada desde o final da década de oitenta, não estando construída e tendo sido reti-

rada do Contrato Programa, perante nova legislação teve que ser submetida a Estudos de Impacte Ambiental (EIA), processo que decorreu ao longo dos últimos 15 anos.

Assim, no ano de 1997 foi iniciado o primeiro EIA; a 18 de agosto de 1998, foi solicitada reformulação; a 26 de outubro de 1999 foi exigido novo EIA. Em maio de 2000 foi entregue novo EIA; em julho do mesmo ano foi entregue nova versão do resumo não técnico do EIA; em agosto de 2000 foi exigida nova reformulação do EIA em resultado da alteração da legislação ambiental, tendo sido entregue nova reformulação do EIA, e em outubro de 2001 foi declarada nova desconformidade. O processo foi retomado no ano de 2002 pela ATMAD (Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro) e em 2004 submeteu novo EIA; em março de 2005 foi emitida nova declaração desfavorável; no ano de 2009 foi iniciado novo EIA que em novembro de 2010 recebeu declaração de desconformidade; no ano de 2011 foi apresentado novo EIA tendo a Comissão de Avaliação considerado a 10 de outubro de 2011 a conformidade para efeitos de início de Consulta Pública que decorreu de 31 de outubro a 30 de dezembro de 2011.

O Senhor Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território tomou decisão favorável a 13 de março de 2012 relativamente à solução I, variante B2 – Barragem de Veiguinhas, com solução de enrocamento, cumpridas as condicionantes e medidas de minimização e de compensação que constam na Declaração de Impacte Ambiental, com o seguinte fundamento:

“...Considerando que o “Reforço de Abastecimento de Água a Bragança” é destinado ao suprimento das graves carências de abastecimento do concelho de Bragança, dada a verificação de que o sistema se encontra de momento no limiar da rutura do abastecimento, carecendo de um reforço fortemente significativo para satisfazer as necessidades de água, conclui-se que o mesmo poderá ser aprovado...”

Trinta e três anos depois de, no estudo de Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor, ser identificada a solução em termos técni-

cos, económicos e ambientais que melhor resolvia o abastecimento de água a Bragança, e após concretizados muitos estudos, envolvendo equipas técnicas de elevadíssimas qualificações, despendidos recursos financeiros que tiveram que ser retirados de outras necessidades da população, regressamos ao ponto inicial da partida.

Apesar dos sacrifícios, dos erros cometidos, dos momentos em que o acessório se sobrepôs ao interesse municipal (o de todos os cidadãos), importa valorizar esta decisão pela importância estratégica para o presente e para o futuro do concelho de Bragança e agradecer a todos os que, tecnicamente na gestão do processo ou com o seu apoio pessoal, ajudaram na decisão técnico-política, que aos Bragançanos volta a garantir o direito de acesso a um bem próprio essencial à vida de todos e de cada um, assim como à promoção das atividades económicas. Não podendo referir todos, porque os contributos foram muitos, saliento o Senhor Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território, Dr. Pedro Afonso de Paulo. Em nome de Bragança um bem hajam.

A finalização da construção leva ainda vários meses (fazer os projetos finais, concursos, execução da obra) e o abastecimento continua em situação precária até à construção desta segunda barragem, visto a barra-

gem da Serra Serrada (que não está cheia) ter capacidade máxima de 1,82 milhões de m³ e termos necessidade de armazenar 4,24 milhões de m³.

A população residente e flutuante e as atividades económicas têm crescido, as alterações climáticas têm evoluído desfavoravelmente e, por isso, aumentaram muito as necessidades de água, situação bem evidente a partir do ano de 2000, com ocorrência frequente de graves problemas de escassez de água que tem obrigado, durante meses seguidos, à utilização precária de origens de água, ao transporte rodoviário em longas distâncias e à realização exaustiva de furos de captação, sem resultados.

Vamos continuar com o mesmo empenho e boa vontade que tanto contribuíram para que fosse possível retomar e concluir o projeto do Alto Sabor e continuar a contar com o apoio da população que tão bem tem compreendido este problema. Empenharemos todos os recursos necessários para garantir a execução de obra tão necessária para o presente e futuro.

Até lá é necessário reforçar os cuidados no uso eficaz da pouca água disponível.

O Presidente da Câmara Municipal
António Jorge Nunes

